

Perfil e atuação política de Isabel de Aragão através de algumas cartas

Aldinida Medeiros.¹

Universidade Estadual da Paraíba

Introdução

Nosso interesse por Isabel de Aragão surgiu com o estudo do romance histórico português contemporâneo. Desse meio alargou-se para a face histórica desta mulher que, há tantos séculos, recebe homenagens como figura canonizada pela Igreja Católica. Porém, vinda de uma família – era a filha mais velha de Pedro III e neta de Jaime I, o Conquistador – na qual todos os infantes que sobreviveram tornaram-se rei ou rainha em algum reino da Europa medieval e apresentando descendência materna da linhagem de Manfredo II, rei da Sicília, Isabel haveria de ser muito mais do que a mulher piedosa e santa que a lenda cristalizou, famosa pelo milagre de transformar pães em rosas.

O breve estudo que ora apresentamos, ainda em resultados parciais, dado o contato recente com as cartas da rainha Isabel de Aragão, busca evidenciar que sua participação na política portuguesa foi muito mais além dos fatos destacados pelos textos historiográficos, sobretudo os portugueses, quais sejam apaziguar as contendas entre o marido e o filho e arregimentar casamentos entre as famílias nobres de Portugal e Aragão.

Apesar dessa participação política mais efetiva, embora quase sempre muito discreta, Isabel de Aragão é famosa e conhecida muito mais pela caridade que exercia para com os pobres e pela canonização, ou seja, a mulher virtuosa que a lenda consagrou. Nesse sentido, os muitos estudos que se têm debruçado sobre a figura dessa mulher estão, em sua maioria, limitados ou ao aspecto hagiográfico ou meramente biográfico. Embora isso não sejam aspectos para merecer pouca

¹ Colaboradora no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL-UFPB); líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus) e vice-líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos Medievais (GIEM). O presente estudo deriva de outro sobre protagonistas femininas no romance histórico contemporâneo, o qual recebeu bolsa de pós-doutorado de seis meses da CAPES.

consideração, pensamos ser insuficiente para dar conta de um perfil mais completo que podemos obter dessa mulher no mínimo astuta, erudita e, pelo que apontam as cartas, de uma diplomacia que poderá ter sido um dos principais motivos para o sucesso do reinado de D. Dinis, visto esse monarca ser considerado pelos historiadores um rei de grande importância em seu tempo.

Além do aporte teórico indicado no resumo, seguimos bem de perto a recente biografia escrita por Maria Filomena Andrade e o estudo de algumas das cartas escritas por Isabel, publicadas por Sebastião Antunes Ribeiro.

Sobre alguns textos historiográficos e sobre a releitura do mito pela ficção contemporânea

Isabel de Aragão nasceu não se sabe ao certo se em Saragoça ou em Barcelona, provavelmente em fevereiro de 1270, segundo hipótese levantada por Sebastião Antunes Rodrigues², e faleceu em Extremoz em 4 de julho de 1336. É uma das rainhas consortes de Portugal que mais apresenta fortuna crítica na História e na Literatura.

Até o presente momento, na literatura portuguesa encontramos cinco romances históricos contemporâneos sobre essa rainha: *Isabel de Aragão, rainha santa*, de Vitorino Nemésio³; *Memórias da rainha santa*, de Maria Pilar Queralt del Hierro⁴; *Aonde vais, Isabel?*, escrito por Maria Helena Ventura; *Os pecados da rainha Santa Isabel*, de António Cândido Franco; e *A Rainha Santa*, de Isabel Machado. Nosso interesse parte do romance histórico para as cartas, visto termos desenvolvido um ensaio de pós-doutoramento no qual estudamos a figura de Isabel

² O compilador das cartas que constituem importante obra para o estudo da atuação política de Isabel de Aragão explica sua hipótese com base na data do casamento. Esclarecemos que, embora bastante pertinente no que diz respeito à possibilidade da data levantada, não há nenhum documento que a comprove, conforme as palavras do próprio autor. Portanto, embora consideremos um raciocínio lógico e pertinente, a data de nascimento da rainha continua uma incógnita por falta de documentos históricos que a comprovem.

³ Essa obra está classificada por Maria de Fátima Marinho (1999) como um dos exemplos da fase de transição do romance histórico tradicional para o romance histórico contemporâneo.

⁴ Embora seja uma autora de língua espanhola, Pilar Queralt del Hierro tem publicado vários romances sobre as mulheres portuguesas. Por isso, no parágrafo em questão, não especificamos apenas os romances da literatura portuguesa ao mencionar aqueles de que temos conhecimento. Sobremaneira porque uma autora de língua espanhola escrever sobre figuras femininas da história de Portugal mais ratifica o motivo de nossos estudos sobre a protagonista feminina no romance histórico português contemporâneo.

de Aragão como uma das protagonistas do romance histórico contemporâneo português.

Ensaaios e outras tipologias textuais mais específicos sobre a vida da Rainha Santa datam do século XIX em diante. Até então, escrevia-se sobre Isabel quando se escrevia sobre e tão somente a infanta aragonesa “esposa de D. Dinis”. Acreditamos que o que falta, contudo, aos historiadores é voltar seus olhares para além da figura masculina de D. Dinis e destacar também a contribuição política de Isabel no reinado do marido. Nesse sentido, há que se fazer justiça a um recente trabalho de doutorado apresentado à Universidade Federal do Paraná, a tese de José Carlos Gimenez intitulada *A rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280 – 1336*, que aponta habilidades diplomáticas muito além do que se imagina, no senso comum, sobre a rainha santa.

Em linhas gerais, a maioria dos compêndios da História de Portugal destacam que o governo de D. Dinis foi próspero e equilibrado. José Mattoso, por exemplo, sublinha o papel desse rei na política peninsular como uma das características mais relevantes do seu reinado:

Poucas vezes se repetiu uma conjuntura em que Portugal tenha podido não apenas subsistir como reino verdadeiramente independente no âmbito da Hispânia, mas em que seu rei fosse também considerado como um interlocutor essencial e com uma autoridade política respeitada por todos.⁵

Todavia salta aos nossos olhos que uma coleção de História com oito volumes, e que dá conta tão minuciosamente da historiografia portuguesa mencione tão resumidamente a rainha Isabel de Aragão. O que se confirma é que a História não apenas foi escrita pelos homens e sobre homens como também para os homens. Nessa perspectiva, José Mattoso assinala o vantajoso casamento de D. Dinis com a infanta aragonesa, argumentando: “A primeira demonstração de seu êxito foi a aliança com o reino de Aragão, expressa no casamento com Isabel, filha de Pedro III, *o Grande*”⁶. Lembremos que as infantas já sabiam o destino que as aguardava, pois para isso recebiam preparação. A aliança entre D. Dinis e o rei aragonês como sogro beneficia também esse reino, pois o pai viu sua filha sair de Aragão rainha ao

⁵ MATTOSO, José. *D. Dinis*, Coleção Reis de Portugal, Porto Editora, Porto, 1993, p. 149.

⁶ MATTOSO, José. Dois séculos de vicissitudes políticas. In: MATTOSO, José; SOUSA, Armindo (Dir. e Org.). *História de Portugal*. Porto: Círculo de Leitores, 1993. pp. 23-161. (Vol. II). p. 149.

invés de infanta, visto que a essa altura o rei de Inglaterra e o rei de França também enviaram mensageiros para pedir a mão da já então cobiçada rosa de Aragão. Fernão Lopes, na *Crónica de Portugal*, de 1419, explica esse momento histórico, destacando que as qualidades da filha de Pedro III foram, de fato, disputada por três herdeiros de coroas europeias:

Era esta sua filha dona Isabel assim formosa e estremada em todos os bons costumes que quantos dela ouviam falar a amavam em suas vontades e, por sua fama, a mandaram pedir a seu pai para casamento o rei de Inglaterra para casar com seu filho herdeiro e o rei Carlos de França para o seu filho Roberto. [...] E porque ele [Pedro III] visse que a demandavam grandes senhores para os seus filhos e os do seu reino o aconselhavam que a desse a qualquer um deles, e o grande amor o fazia assim retardar o consentimento, de maneira que já havia dias que os mensageiros ali estavam a aguardar resposta. [...] e quando eles [mensageiros portugueses] e a mensagem do rei dom Dinis, ainda ali estavam os mensageiros que dissemos sem ter resposta nenhuma. E, quando o rei viu que lhe convinha dar a filha a um deles, que a não podia dar a algum dos filhos do rei de Inglaterra ou de França sem dispensa do papa pelo grande parentesco que havia entre eles e também porque casando com cada um deles saía ela de sua casa infante e não rainha, entregou-a ao rei dom Dinis.⁷.

Podemos deduzir, a partir do excerto citado, que a casa real de Aragão desfrutava de prestígio junto a outros reinos, o que nos leva a crer que Isabel tenha sido uma infanta muito bem preparada em conhecimentos de diplomacia e política para estar à altura de qualquer reino para o qual seguisse como infanta e representante da casa real de D. Jaime I.

José Mattoso confirma o que outros historiadores já tornaram público sobre as sociedades na Idade Média: a mulher como objeto de negociação e alianças nas casas reais e também feudais. Portanto, assinala ainda Mattoso, o casamento de D. Dinis com a infanta aragonesa era “uma aliança valiosa, porque Aragão acabava então de adquirir uma importância fundamental na economia e na política mediterrânica”⁸. Por esse motivo ela é mencionada em seis linhas das quase quinze páginas dedicadas ao reinado de D. Dinis: “Isabel colaborou também directamente nas negociações entre os dois reinos e na protecção de aragoneses que passaram a viver em Portugal [...]”⁹. Ao menos fica o registro de que desempenhou influência política.¹⁰

⁷ LOPES, Fernão. *Crónica dos reis de Portugal*, 1419, p. 165.

⁸ MATTOSO, José. Dois séculos de vicissitudes políticas. In: MATTOSO, José; SOUSA, Armindo (Dir. e Org.). *História de Portugal*. Porto: Círculo de Leitores, 1993. pp. 23-161. (Vol. II). p. 149.

⁹ MATTOSO, José. Dois séculos de vicissitudes políticas, op. cit., p. 149.

¹⁰ Essa real influência que José Mattoso menciona encontramos estudada mais amiúde na tese de

Francisco da Fonseca Benevides também aponta, no ensaio *Rainhas de Portugal* (1879), sob vários aspectos o reinado de D. Dinis como um período de avanço para Portugal. É em seu consórcio matrimonial com Isabel “que se vê pela primeira vez estabelecida a jurisprudência romana nos contratos matrimoniais das rainhas [...]” (p. 161). Como bem se sabe, os dotes e as doações aconteciam em todas as casas reais da Europa feudal, e as rainhas passavam a se ocupar de certas partes do reino, pois tornavam-se proprietárias de vilas e aldeias através dos contratos de casamento. Mas lembremos que os poderes femininos, mesmo os das mulheres da nobreza, inclusive as das casas reais, eram em diversos sentidos limitados, embora, nesse caso, o rei português tenha sido generoso com as doações à esposa: “D. Dinis concedeu a Santa Isabel a jurisdição civil e criminal em todas as terras da doação, havendo, porém, apelação para o rei no caso de pena de morte”¹¹. Vê-se através do excerto que, desde o casamento a figura de Isabel é importante, sobremaneira pela Casa Real de onde ela vem, na qualidade de filha de Pedro III e neta do afamado Jaime I. O que não é compatível com a sua pouca aparição nos escritos dos historiadores portugueses, que pouco espaço lhe dedicam.

Uma discreta estrategista: a Rosa de Aragão como figura fundamental no xadrez da península ibérica

Certamente Isabel seguiu o que era o modelo de mulher, esposa e rainha em seu contexto histórico. E no contexto da Idade Média, segundo Duby, tal como estabelecia o modelo cortês da época para as mulheres, essas “deviam dar o bom conselho ao seu cônjuge, incliná-lo à mansidão, defender junto dele a causa dos que reclamavam os seus favores”¹², e isso será bem destacado no perfil diplomático de Isabel por ela estar sempre envolvida nos assuntos internos e externos do reino. Depois de consumado o enlace, ela e o rei fizeram diversas viagens para várias localidades do reino, e nesse aspecto inaugura-se uma nova vida para a rainha. Ela teria que mudar seu comportamento em relação aos interesses a serem defendidos,

doutorado: Gimenez, José Carlos. *A rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280 a 1336*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, UFPR, Curitiba, 2005.

¹¹ BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*, Lisboa, 1879, p. 163.

¹² DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

pois agora objetivava alcançar benefícios não apenas para sua vida, mas para o reino português.

Em relação à política interna no período que precede o casamento de Isabel, sua chegada ao reino e seus primeiros anos de vida em Portugal têm destaque as contendas entre o rei e seu irmão Afonso, referida por vários historiadores como o primeiro “calcanhar de aquiles” no reinado de D. Dinis, visto que o segundo seria, bem mais tarde, as indisposições com seu filho e herdeiro D. Afonso. Apesar das constantes contendas familiares existentes no reinado do marido, Isabel soube sempre se mover nos meandros da política, administradora que era da parte que lhe cabia na casa real portuguesa. Apesar de alguns historiadores apontarem que não há muitos registros sobre suas ações, Filomena Andrade indica o seguinte:

[...] vários são os documentos em que aparece dito <<a rainha o mandou>> e alguns deles são mesmo selados com o selo da rainha. Também se conhece a existência de um chanceler, de que já nos ocupamos anteriormente, Estêvão Dade, bem como os diversos escrivães [...] e tabeliães como João Anes e estevão Trancoso. Este conjunto de oficiais demonstra a existência de uma chancelaria autônoma e com ramificações nas terras da rainha, como é o caso de Leiria.¹³

No que respeita à política sucessória da Península Ibérica, Isabel cumpre seu papel gerando um filho e uma filha; mas vai muito além ao participar, por exemplo, do reinado de sua filha Constança em Castela através de nobre dama que viera consigo de Aragão, Vataça Lascaris. Embora tenha chegado ao reino com onze anos e a data para a consumação dos casamentos fosse aos catorze. No que concerne ao conúbio, sobre o tema que envolve a alcova, os historiadores – os mais recentes e que aqui citamos os exemplos de José Augusto Pizarro (2012) e Maria Filomena Andrade (2014) – afirmam que Isabel e Dinis eram um pouco distantes. Pizarro, ao falar nas contendas familiares que D. Dinis enfrentou em seu reinado com vários parentes, refere que, “como não podia deixar de ser, também da sua mulher e rainha, com quem, já agora se diga, o relacionamento não foi dos melhores”¹⁴. Parece-nos que, dada a literatura panegírica em torno da santidade de Isabel, muitos estudos historiográficos sobre a vida do casal tendem a apontar que essa distância na relação marido/mulher entre ela e Dom Dinis teria sido muito mais pelo lado da rainha, pois

¹³ ANDRADE, Maria Filomena. Isabel de Aragão: rainha santa, mãe exemplar. Lisboa, *Temas e Debates*, 2014, p. 186.

¹⁴ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis, Lisboa, *Temas e Debates*, 2012, p. 281.

a sua verve caridosa e a educação religiosa não teriam permitido muitas visitas do marido à sua alcova: “Queira-se ou não, conscientemente, ou não, a análise sobre o relacionamento entre os dois cônjuges foi sempre distorcida pela presença da santidade de D. Isabel”¹⁵. Talvez pelo afastamento na vida pessoal entre o rei e a rainha é que apenas dois herdeiros legítimos foram gerados pelo casal: Constança e Afonso. E se pensarmos que, para uma sucessão bem garantida na realeza eram necessários muitos filhos, dois é um número pequeno para as condições de vida na Idade Média, época em que se morria muito facilmente de doenças ou em que herdeiros perdiam também facilmente a vida em campos de batalhas. Contudo, a partir dessa pequena prole de Isabel e de Dinis e dos casamentos de Constança e de Afonso, ambos com infantes castelhanos, aliança firme formou-se com esse reino, que tornava pelos dois lados sucessórios a Península Ibérica livre de possíveis confrontos com Castela.

Diante do exposto, interessa-nos mostrar que muito nos apraz ter encontrado eco ao nosso pensamento sobre as atitudes políticas da Rainha Santa nas palavras de Maria Teresa de Lobo Ávila (1923). Em sua dissertação de mestrado, após se justificar para o caso de não ter alcançado o objetivo pretendido e explicar que pode ter usado pouco rigor científico, afirma:

Contudo, pensamos que, na verdade se pode afirmar uma influência concreta da parte de D. Isabel na vida política da nação, e essa influência marcada em fases diversas, orienta-se todavia no mesmo sentido.

É sempre que as perturbações agitam a paz, quer interna, quer externa que ela surge pacificando as lutas e restabelecendo a paz.¹⁶

Entretanto o estudo dessa investigadora não se debruça tanto em documentos, embora o faça consultando a Monarquia Lusitana, entre outros. Traz ainda muitas informações de livros publicados por religiosos, o que nos leva a discordar desta sua assertiva:

Concluída a guerra, vêmo-la arredada da política e toda entregue ao seu ministério de mulher que, esposa, mãe e rainha, soube dignificar cada um destes títulos, por um compêndio de excelsas qualidades que no seu caráter marcaram por três traços

¹⁵ PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis, Lisboa, *Temas e Debates*, 2012, p. 289.

¹⁶ ÁVILA, Maria Teresa de Lobo. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, 1923, p. 5.

fundamentais: uma extrema bondade, uma caridade inexgotável e um grande amor pela paz e pelo país de adoção.¹⁷.

Conforme se percebe, há ainda muito do discurso laudatório nesse trecho, que ilustra uma tendência frequente quando se trata da vida de Isabel.

Ora, em tempos de paz é que se fazia, de fato, política através dos arranjos de casamento, das viagens às diversas cidades onde os reis tinham paços, nas muitas correspondências com os familiares, membros de outras casas reais. Então, nesse sentido, as muitas cartas que Isabel escreveu sobretudo ao irmão D. Jaime II, rei de Aragão por morte de seu irmão, que não deixara herdeiros, são, a nosso ver, uma forma de atuação política de elevada importância.

Senão vejamos, resumidamente, o assunto de três cartas, visto que versam sobre diferentes situações, mas todas ligadas aos interesses da casa real portuguesa e que Isabel tratou sempre com muito manejo político, principalmente através dos casamentos que arranjou entre nobres aragoneses e portugueses. Os cabeçalhos dessas três cartas encontram-se entre aqueles elencados por Fernando Barros Leite¹⁸, que buscou como fonte Sebastião Antunes Ribeiro¹⁹:

Carta 8*²⁰: *Pede a D. Jaime que obrigue os testamenteiros do infante D. Pedro, irmão de D. Isabel, a pagarem o que é devido a Diogo Ximenes.*²¹.

Carta 48*: *Pede a D. Jaime que mande soltar os marinheiros portugueses Vicente Martins e Domingos Vicente, aprisionados por ordem do almirante aragonês D. Rogel. Prova a sua inocência e por isso insiste que sejam postos em liberdade e lhe restituam o barco e a mercadoria.*²².

Carta 52*: *D. Sancho enviado pelo rei de Aragão a Portugal, vem encontrar D. Isabel no exílio de Alenquer. É portador desta carta em que sumariamente a Rainha expõe a D. Jaime os esforços que tem feito para apaziguar D. Dinis e o filho. D. Sancho lhe explicará pessoalmente o estado actual da questão.*²³.

Várias outras cartas tratam também de assuntos muito variados, mas essas três nos dão a ideia de uma atuação em três diferentes áreas: o trato com a nobreza, a atenção aos comerciantes do reino português e a conhecida contenda entre o marido e o filho. O que percebemos aqui é a influência da rainha Isabel em defender os interesses de Portugal, que, conseqüentemente, passaria a ser de seus filhos. Mais do

¹⁷ ÁVILA, Maria Teresa de Lobo, op. cit., p. 5.

¹⁸ LEITE, Fernando Barros. *O rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*. Coimbra: Livraria Minerva, 1993.

¹⁹ RIBEIRO, Sebastião Antunes. *Rainha Santa: Cartas Inéditas e outros documentos*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1958. (Separata do Arquivo Coimbrão, Vol. XVI).

²⁰ Texto em itálico transcrito como se encontra em Sebastião Antunes Ribeiro.

²¹ RIBEIRO, Sebastião Antunes. *Rainha Santa: Cartas Inéditas e outros documentos*, op. cit., p. 347.

²² RIBEIRO, Sebastião Antunes. *Rainha Santa: Cartas Inéditas e outros documentos*, op. cit., p. 349.

²³ RIBEIRO, Sebastião Antunes. *Rainha Santa: Cartas Inéditas e outros documentos*, op. cit., p. 349.

que isso, vemos ainda uma rainha que, pacificamente, sem incitar partidos, busca também manter as boas relações entre os reinos de Aragão e Portugal; para isso o apoio certo da nobreza era imprescindível. Portanto é muito provável a carta de número 8 do acervo, mencionada por Antunes Ribeiro, ser não apenas uma demonstração de simpatia por Diogo Ximenes e sua família, mas também uma atitude política em manter o apoio da casa dos Ximenes.

No registro de número C 1.419, doc. n.º 8, há um indulto de pena capital em favor de Miguel de Verduno, habitante de Valência:

Como o documento indica, foi atendendo ao pedido de sua “querida irmã a ilustre D. Isabel, Rainha de Portugal” que o Rei de Aragão concedeu o perdão da pena capital. [...] Manda comunicar essa concessão a toda a justiça e apenas proíbe o indultado que volte a entrar na cidade de Valência. [...] Nos mesmos registos de D. Jaime (docs. n.º 58 e 59) apareceram duas concessões semelhantes a pedido de D. Isabel [...].²⁴

É sabido através de documentos históricos da ligação de Vataça Lascaris com a rainha. Sua fiel dama de companhia e, posteriormente, dama de companhia de sua filha Maria em Castela também é alvo da afeição de Isabel. É provavelmente Vataça quem a ajuda nas escolhas dos casamentos a serem realizados, de modo que os laços aragoneses e portugueses sejam sempre mais fortalecidos. Também há menção a essas estratégias nas cartas trazidas a lume por Antunes Ribeiro.

Outro aspecto dessa importante correspondência é o financeiro, resguardado aqui pelas relações comerciais. A carta supracitada como a quadragésima oitava mostra o interesse de Isabel em preservar as boas relações comerciais. Além do seu reiterado senso de justiça, ao pedir que o rei de Aragão devolva a carga comercial ao Almirante, ela mostra o quanto Isabel sabia dos acontecimentos não apenas na condição de espectadora, mas na de protagonizar direcionamentos que trouxessem sempre os melhores resultados para o reino português.

A carta de número cinquenta e dois, na qual D. Jaime II envia D. Sancho ao encontro de sua irmã no exílio em Alenquer, tem como tema uma atitude pacificadora intervém entre o conflito de D. Dinis com o filho, objetivando encontrar o melhor acordo para ambas as partes. Embora algum êxito seja logrado, o conflito só finaliza realmente após a morte de D. Dinis. Conforme Leite, “a Rainha

²⁴ RIBEIRO, Sebastião Antunes. *Rainha Santa: Cartas Inéditas e outros documentos*, op. cit., p. 66.

Isabel aparece-nos [...] na cena política sempre com o maior entusiasmo, intenso empenhamento nas decisões do Estado e grande vigor diplomático”²⁵.

Mesmo após a morte do pai, Afonso, ao assumir o trono, não se contenta com a presença dos irmãos bastardos; manda executar Afonso Sanches e inicia uma perseguição aos demais irmãos. Nessa altura, é definida a ida da rainha Isabel para o mosteiro de Santa Clara, onde viveu seus últimos dias de vida. Após a morte do esposo, ela passa a viver nesse mosteiro e adota o hábito de freira clarissa. Nesse período de sua vida, Isabel inicia as obras desse convento, porém, anos antes, D. Mor Dias:

Tinha mandado construir umas casas, [...] nas quais tencionava passar o resto dos seus dias com donas de Santa Clara. [...] Quando, porém os cónegos de Santa Cruz viram que Maior Dias estava a edificar um convento de outra ordem, colocaram-lhe entraves, por inveja. Assim, só em 1286 é que começou a edificação do mosteiro, que, depois de concluído, não chegou contudo a ter a sanção de Roma, falecendo D. Maior em 1302

²⁶

A obra de ampliação do convento de Santa Clara, hoje denominado Santa Clara-a-Velha, em função da existência de um novo (Santa Clara-a-Nova), termina sendo tomada como a grande obra de vulto de Isabel. Isso porque se tornou, juntamente com a Universidade e a Quinta das Lágrimas, patrimônio imaterial de Coimbra tanto pela importância histórica como pela marca identitária que legou à cidade. O que pouco se divulga é que essa ampliação não se deu de forma tão pacífica com outras ordens religiosas coimbrãs, porém a resiliência e a obstinação de Isabel superaram quaisquer conflitos, contornando-os.

Para além dos temas presentes nas cartas, algumas ações de Isabel corroboram esse perfil que dela percebemos, lembrando que já era tarefa esperada sua dirigir a casa real no que dizia respeito às damas e aos afazeres domésticos, além dos cuidados com as terras que recebeu como doação. Mas chama nossa atenção o fato de ter enviado como dama de companhia de sua filha para a corte de Castela uma pessoa de sua alta estima, com quem crescera junto, a amiga e sempre presente companhia Vataça, a nobre de origem grega que tanto de sua vida conhecia. Tal atitude mostra que, para além da preocupação de ter ao lado da filha alguém com

²⁵ LEITE, Fernando Barros. *O rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*, op. cit., p. 187.

²⁶ BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*, op. cit., p. 128.

maturidade e traquejo nos assuntos da alta corte, era de interesse de Isabel estar sempre muito bem e em inteira confiança, informada do que se passava no reino para o qual sua filha fora enviada como infanta consorte.

Considerações finais

Nessa comunicação, buscamos destacar a altivez e a atuação de Isabel como rainha, lembrando-a não apenas pela importante atuação em dirimir as contendas entre seu esposo e o filho, à altura infante de Portugal, mas trazer à tona o que alguns estudiosos têm mostrado através das cartas dessa valorosa mulher, algumas contendo reivindicações com certa autonomia.

Ainda que as considerações finais se encontrem em etapa parcial, conforme anunciamos na introdução, o que aqui se buscou destacar foi que, ao longo de séculos, os estudos sobre Isabel de Aragão voltaram-se, quase sempre, para seu perfil de piedosa esposa do rei D. Dinis, aquela que, para manter sua constante caridade, mesmo a contragosto do marido, teria transformado pães em rosas, conforme se alimentou o imaginário português.

Nesse sentido, encontra-se uma literatura muito próxima ou que se confunde com a hagiografia. Contudo as cartas (ou pelo menos os títulos e assuntos dessas), publicadas por Sebastião Antunes Ribeiro, dão conta de uma mulher com altivez política, apesar de sua discricção e aparente submissão ao marido. O modo como se corresponde com seu irmão, rei em Aragão, e os temas de suas cartas evidenciam uma rainha que tinha tanto diplomacia como argúcia, embora a argúcia maior fosse a de não se rebelar contra o sistema patriarcal de sua época.

Por fim, não podemos deixar de destacar dois textos literários que nos indicaram o caminho para chegarmos às cartas: o romance *Os pecados da rainha santa Isabel*.²⁷ e *Autos do fogo analógico*.²⁸, ambos de António Cândido Franco, pois trazem duas reflexões que nos incitaram a um maior estudo historiográfico sobre Isabel. O primeiro, por falar na heterodoxia da família de Isabel, o que nos mostra sua linhagem ascendente como muito interessante, sobretudo sua ligação por

²⁷ FRANCO, António Cândido. *A rainha morta e o rei saudade*. 2. ed. Lisboa: Ésquilo, 2003.

²⁸ FRANCO, António Cândido. *Autos do fogo analógico: cenas de teatro*. Évora: Licorne, 2012.

parte materna a Frederico Barba Roxa. O segundo, por mostrar, ainda que em forma dramática, os motivos pelos quais as coroas espanholas e, por conseguinte, portuguesa teriam buscado e conseguido junto ao papa a canonização da rainha. Mais ainda: um lógico porquê do consentimento da cúria romana para essa canonização. Não que Isabel não a merecesse. Mas ficamos a saber por meio da ficção o que ainda não havíamos lido nas narrativas históricas.